



**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL
- 2015 -**

01 Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na sala de
02 reuniões do IBRAM, edifício sede, 2º andar, reuniram-se os membros da câmara de
03 compensação ambiental do IBRAM: LEOCLIDES MILTON ARRUDA (Presidente da
04 Câmara de Compensação Ambiental – CCA); LUIZ RIOS e sua suplente VANDETE
05 INÊS MALDANER (Superintendência de Estudos, Programas, Monitoramento e
06 Educação Ambiental – SUPEM); LUCIANA DA SILVA PACHECO e seu suplente
07 KEMERSON FABIANO DE OLIVEIRA (Procuradoria Jurídica do IBRAM -
08 PROJU/IBRAM); LEONEL GRAÇA GENEROSO PEREIRA e seu suplente PAULO CÉSAR
09 MAGALHÃES FONSECA (Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas – SUGAP);
10 CLEYCIONE CARLOS DA SILVA e seu suplente ROGÉRIO DE CASTRO DUARTE E
11 SILVA (Unidade de Administração Geral – UAG), bem como os convidados REBECCA
12 MARTINS CARDOSO e ROGER HENRIQUE DE OLIVEIRA SOUZA da Coordenação de
13 Licenciamento Ambiental – COLAM, ANA NIRA NUNES JUNQUEIRA, da
14 Coordenação de Fauna - COFAU, além dos membros da Unidade de Compensação
15 Ambiental e Florestal - UCAF, na função de Secretária Executiva da CCA, RICARDO
16 RORIZ e SAMUEL DE JESUS SILVA LIMA, para dar início aos trabalhos da segunda
17 reunião ordinária do ano de 2015 da Câmara de Compensação Ambiental,
18 instituída pela Instrução nº 24, de 31 de março de 2010, que teve como pauta os

Ata da 2ª Reunião Ordinária da CCA - 2015



19 seguintes itens: **1.** Aprovação do Plano de Diretrizes de Aplicação de Recursos –
20 PDAR 2015-2017; **2.** Aprovação da Instrução que estabelece Procedimentos para
21 Recebimento e Registro das compensações ambientais e florestais; **3.** Compensação
22 florestal – Confederação das Igrejas Adventistas – Processo nº 391.001.540/2013.
23 Diversos serviços em diferentes unidades, além da aquisição de equipamentos para
24 gestão de fauna. **4.** Compensação Florestal – TERRA VIA, Processo nº
25 391.001.846/2014, Calibração de Decibélimetros, e **5.** Proposta de inclusão de
26 serviços relacionados ao Hospital Veterinário no Termo de Compromisso de
27 Compensação Ambiental do Porto Pilar – Direcional – Processo nº391.001.976/2013.
28 Conferido o quorum, foi dado início aos trabalhos pelo presidente da CCA, o Sr.
29 Leocides Milton Arruda, que preliminarmente explicitou alguns aspectos do
30 funcionamento da CCA aos presentes, passando em seguida a palavra ao Sr.
31 Ricardo Roriz, para que procedesse à leitura da pauta. Passada esta etapa, iniciou-
32 se a discussão a respeito do primeiro item de pauta: Aprovação do Plano de
33 Diretrizes de Aplicação de Recursos – PDAR 2015-2017, sobre o qual o Sr. Ricardo
34 Roriz argumentou que já havia sido aprovado parcialmente em reunião pretérita da
35 CCA, restando apenas uma sugestão relacionada à consideração de bacias
36 hidrográficas quando da destinação dos recursos, o que foi acatado pelo GT
37 responsável, segundo o chefe da UCAF. O presidente da CCA explicou
38 sinteticamente a função do Plano, que é predefinir critérios para a destinação de
39 recursos, considerando várias situações. O Superintendente da SUPEM sugeriu fosse
40 encaminhada planilha com ranqueamento para análise dos membros. O Sr. Ricardo
41 Roriz afirmou que o *rank* foi elaborado considerando a recategorização dos
42 parques. O Sr. Roger Henrique sugeriu que fosse prevista a criação de um *check*
43 *list* com as UCs elegíveis, visando à definição da UC escolhida para receber os
44 recursos, como uma forma de dar prosseguimento ao processo, nos casos em que
45 a definição não seja feita imediatamente. A Procuradora Jurídica, Luciana Pacheco,

Ata da 2ª Reunião Ordinária da CCA - 2015



46 perguntou como estão sendo feitos os planos de destinação de recursos pela
47 comissão e demonstrou interesse em conhecer o inteiro teor do texto do PDAR. O
48 Sr. Ricardo Roriz afirmou que a comissão não elaborará planos e o presidente da
49 CCA afirmou que o texto do PDAR já foi discutido amplamente pelos membros, de
50 forma que seu teor já foi apropriado pelo colegiado, além de afirmar que a
51 votação é pela aprovação do texto *ad referendum* da análise da Presidência do
52 IBRAM. O chefe da UCAF salientou ainda a importância do PDAR para o
53 andamento das destinações de compensações. Após ampla discussão, os membros
54 do colegiado votaram, por unanimidade, pela aprovação do PDAR, sendo que o Sr.
55 Rogério de Castro e o Sr. Luiz Rios condicionaram seus votos à apreciação do texto
56 pela Presidência do órgão e, no último caso, ao seu retorno à deliberação da CCA,
57 havendo alterações pela Presidência do IBRAM. Na sequência, passou-se à análise
58 do item dois da pauta: Aprovação da Instrução que estabelece Procedimentos para
59 Recebimento e Registro das compensações ambientais e florestais. Os membros
60 discutiram e deliberaram, por unanimidade, pela aprovação da referida minuta, com
61 encaminhamento à Presidência do órgão ambiental, além de passar por análise da
62 PROJU para análise quanto à sua conformidade jurídica. Quanto ao item três:
63 Compensação florestal – Confederação das Igrejas Adventistas – Processo nº
64 391.001.540/2013, que sugere a utilização dos recursos em diversos serviços em
65 diferentes unidades, além da aquisição de equipamentos para gestão de fauna, o
66 chefe da UCAF explicou que parte dos recursos já foi utilizada, sendo que o que
67 será submetido à votação é o reconhecimento do que já foi gasto, com base nos
68 documentos anexados ao processo, e aprovação da destinação do saldo residual. O
69 Sr. Leonel Generoso alertou que é de suma importância que fique bem claro que
70 os recursos já utilizados são reconhecidos por meio de documentos contidos no
71 processo nº 391.001.540/2013 e que não se está aprovando em relação ao mérito
72 da destinação. Quanto à destinação do saldo residual, o Sr. Luiz Rios defendeu que



73 o cercamento do Parque das Copaíbas é fundamental e que, no caso do mirante,
74 se não ficar estabelecido quem cuidará dele, ele deverá ser demolido e construída
75 uma estrutura mais simples em seu lugar. Os membros discutiram e deliberaram, por
76 unanimidade, pela utilização dos recursos tratados no item três da seguinte forma:
77 **1.** No Parque Copaíbas: demolição do Mirante e construção de nova estrutura, mais
78 simples que a prevista no projeto apresentado, no local; cercamento do Parque. **2.**
79 Revitalização do cercamento do Jardim Botânico de Brasília; **3.** Aquisição de 2 (dois)
80 pinçães para répteis, 2 (duas) caixas para transporte de animais, 2 (dois) leitores de
81 coleta de dados, 1 (um) equipamento para gravação de áudio MP3; **4.** Conserto de
82 turbina, limpeza de intercooler e compra de baterias extras para caminhão baú; **5.**
83 Contratação de empresa especializada em ministrar treinamento teórico e prático
84 para formação de instrutores e operadores de mini carregadeira e seus
85 implementos; **6.** Conserto de bomba injetora e compra de bateria para trator da
86 ESEC-AE, e **7.** Construção, instalação e adequação das bases das estações de
87 monitoramento de ar. Quanto ao item quatro da ata: Compensação Florestal –
88 TERRA VIA, Processo nº 391.001.846/2014, Calibração de Decibelímetros, nenhum
89 membro do colegiado apresentou objeções à destinação proposta, ficando
90 aprovada, por unanimidade dos membros presentes, a seguinte destinação: utilizar
91 os recursos provenientes da compensação florestal de que trata o processo nº
92 391.001.846/2014, no valor de R\$ 6.654,96 (seis mil, seiscentos e cinquenta e
93 quatro reais e noventa e seis centavos), na aquisição de serviços de calibração de
94 calibradores e decibelímetros, por empresa certificadora perante a RBC ou
95 INMETRO, em quantidade que atinja o valor devido, conforme especificações
96 técnicas descritas na solicitação presente no referido processo. Na sequência,
97 discutiu-se a respeito do último item da pauta: Proposta de inclusão de serviços
98 relacionados ao Hospital Veterinário no Termo de Compromisso de Compensação
99 Ambiental do Porto Pilar – Direcional – Processo nº 391.001.976/2013. A Sra. Ana

Ata da 2ª Reunião Ordinária da CCA - 2015



100 Nira justificou que a Universidade de Brasília não possui estrutura para atender
101 toda a demanda por castrações e que existe uma emenda parlamentar para esta
102 finalidade, mas que está bloqueado, além do que para utilização dos recursos da
103 emenda seria necessária licitação, o que prejudicaria muito os trabalhos, visto que a
104 contratação dos serviços de castração é urgente. O colegiado, após ampla discussão,
105 deliberou pelo aditamento do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental
106 nº 100.000.001/2014, processo nº 391.001.976/2013, para inclusão em seu Objeto
107 da realização de 3.000 (três mil) serviços de castrações de pequenos animais, os
108 quais serão executados no Castramóvel e nas Instalações do Hospital Veterinário
109 Público, conforme especificações técnicas a serem apresentadas pela SUGAP. Nada
110 mais foi dito nem discutido. Eu, Samuel de Jesus Silva Lima, servidor lotado na
111 UCAF e, portanto, membro da Secretaria Executiva da CCA/IBRAM, conforme
112 disposto na Instrução nº 125, de 1º de dezembro de 2011, redigi a presente ata,
113 que, lida e aprovada, segue rubricada e assinada por todos os membros que
114 participaram da 2ª Reunião Ordinária da CCA de 2015.

LEOCLIDES MILTON ARRUDA
Presidente da Câmara de Compensação Ambiental

RICARDO RORIZ
Chefe da Unidade de Compensação Florestal e Ambiental – UCAF

Ata da 2ª Reunião Ordinária da CCA - 2015



CLEYCIONE CARLOS DA SILVA
Unidade de Administração Geral – UAG
Membro titular

LUIZ RIOS
Superintendência de Programas, Estudos, Monitoramento
e Educação Ambiental– SUPEM
Membro titular

LUCIANA DA SILVA PACHECO
Procuradoria Jurídica – PROJU
Membro titular

LEONEL GRAÇA GENEROSO PEREIRA
Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas – SUGAP
Membro titular

PAULO CÉSAR MAGALHÃES FONSECA
Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas – SUGAP
Membro suplente

Ata da 2ª Reunião Ordinária da CCA - 2015